



Associação
Empresarial
da Região
de Viseu
de Apoio
ao Desenvolvimento
Económico



newsletter

Viseu, 15 de fevereiro de 2019

LEGISLAÇÃO

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A AIRV informa que a CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados, disponibilizou um modelo de registo de atividades de tratamento de dados a ser utilizado pelos responsáveis das empresas para o tratamento de dados, e um modelo de registo para os subcontratantes. Estes modelos são exemplificativos e destinam-se a ajudar as empresas a cumprir o RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. Recordamos que o registo das atividades de tratamento de dados pessoais é obrigatório, nos termos do Artigo 30º do RGPD, para os responsáveis pelo tratamento de dados e para subcontratantes (Ex: empresas de contabilidade, informática e outras que tenham acesso aos dados).

Este Artigo impõe a obrigatoriedade de criar e conservar o registo de todas as atividades de tratamento de dados, no qual devem constar as seguintes informações:

Para o responsável pelo tratamento de dados:

- Nome e contactos do responsável pelo tratamento de dados e do encarregado de proteção de dados, se existir;
- Finalidades de tratamento de dados;
- Descrição das categoriais de titulares dos dados e das categorias dos dados pessoais;
- Categorias dos destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, incluindo os destinatários estabelecidos em países terceiros;
- Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, devendo estes ser identificados;
- Prazos previstos para o apagamento das diferentes categorias de dados;
- Descrição geral das medidas técnicas e organizativas no que respeita à segurança de tratamento de dados.

Para o Subcontratante:

- Nome e contactos do subcontratante e de cada responsável pelo tratamento em nome do qual o subcontratante atua;
- As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;
- Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, devendo estes ser identificados;
- Descrição geral das medidas técnicas e organizativas no que respeita à segurança de tratamento de dados.

Os modelos agora disponibilizados pela CNPD podem ser utilizados para cumprimento desta obrigação.

[Consulte aqui os modelos](#)

Para o esclarecimento de qualquer dúvida, as empresas poderão recorrer ao Gabinete de Consultoria Jurídica e Fiscal da AIRV.

IRC – TAXAS DE DERRAMA INCIDENTES SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DO PERÍODO FISCAL DE 2018

O Ofício Circulado nº20205 de 12 de fevereiro de 2019 divulgou a lista dos Municípios com a indicação dos Códigos de Distrito/Concelho, das taxas de derrama lançadas sobre o lucro tributável do IRC do período de 2018, bem como das respetivas isenções necessárias ao preenchimento da Declaração de Rendimentos Modelo 22.

[TABELA DE TAXAS DE DERRAMA INCIDENTES SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DO PERÍODO FISCAL DE 2018.](#)

JUROS DE MORA COMERCIAIS – 1º SEMESTRE DE 2019

A Direção Geral do Tesouro e Finanças, através do Aviso nº 2553/2019, de 14 de fevereiro, divulgou as taxas supletivas de juros moratórios a vigorar no 1º semestre de 2019, assim,

- Taxa supletiva de juros moratórios relativas a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do nº3 do Artigo 102º do Código Comercial, a vigorar no 1º semestre de 2019 é de 7%.
- Taxa supletiva de juros moratórios relativas a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do nº5 do Artigo 102º do Código Comercial e do Decreto-lei 62/2013, de 10 de maio, a vigorar no 1º semestre de 2019 é de 8%.